



ESPAÇOS CULTURAIS: ARQUITETURA COMO EXPRESSÃO E AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO-CASO DE MANHUAÇU-MG

Autor: Jeferson Luiz da Mata Salazar

Orientador: Amanda Santos Vargas

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Período: 9º Área de Pesquisa: Urbanismo

Resumo: O crescimento urbano, especialmente em áreas de expansão sem o devido planejamento, pode resultar em espaços que não atendem às necessidades culturais da população, impactando negativamente a qualidade de vida. Além disso este estudo visa analisar a falta de espaços culturais na expansão urbana da cidade de Manhuaçu-MG, e propor soluções para requalificação desses espaços. As análises serão aplicadas na cidade de Manhuaçu, especificadamente na área de expansão sudoeste da cidade. Para tais objetivos e análises, utilizou-se de referencial teórico abordando bibliografias sobre o planejamento e morfologia urbana, dispondo-se de levantamentos em mapas, análises fotográficas, documentos e estudo de caso. Os resultados indicaram uma carência significativa de espaços públicos de lazer e culturais e a falta de estrutura urbana mínima que atenda adequadamente a população local. A implementação de equipamentos urbanos culturais é essencial para promover a interação social, valorizar a identidade cultural e estimular o desenvolvimento econômico na região. Concluiu que a requalificação urbana com foco em espaços culturais é imperativa para melhorar a qualidade de vida e promover a coesão social em Manhuaçu.

Palavras-chave: Planejamento urbano, Expansão urbana, Espaços culturais, Manhuaçu

1. INTRODUÇÃO

No centro do desenvolvimento urbano, nos deparamos com um dilema: o crescimento das cidades frequentemente ocorre sem o devido planejamento de espaços culturais distribuídos de forma homogênea. Gehl (2010) ressalta que para criar cidades que funcionem, os esforços devem concentrar-se em todos os aspectos, do ambiente físico e das instituições sociais aos aspectos culturais. A diversidade de funções ao longo da rua e agradáveis espaços de transição são qualidades-chave para boas cidades também em termos de segurança e proteção.

Neste contexto, surge a necessidade crucial de repensar o desenho urbano, dando destaque ao papel fundamental que ele desempenha como expressão e agente de transformação nas paisagens urbanas de Manhuaçu-MG.

Ao observar de forma minuciosa o panorama das cidades em crescimento, identifica-se um problema: as áreas de expansão sem planejamento muitas vezes não contemplam áreas culturais, o que resulta em um ambiente urbano carente de espaços que promovam cultura e arte. Essa lacuna no tecido urbano gera um vazio, o qual não promove a interação social e a construção de comunidade, além de causar um impacto negativo na sociedade, dado que a cultura e a arte exercem um impacto econômico significativo nas cidades.

Intervir neste problema não é apenas uma opção, mas sim uma necessidade imperativa. Jacobs (1961) afirma que o planejamento urbano deve visar a vitalidade das cidades, com o intuito de estimular e catalisar uma ampla diversidade de usos e de pessoas dentro do ambiente urbano.

A arquitetura, em sua essência, vai além da construção de estruturas físicas. Ela se trata, primordialmente, da criação de espaços que refletem, e nutrem a identidade e a diversidade cultural de uma comunidade. Ao considerar isso, percebe-se que a arquitetura e cultura não apenas molda a identidade de um local, mas também estimula a vitalidade econômica e promove a vivacidade social, (GEHL, 2010).

O objetivo principal deste estudo é evidenciar o descompasso entre o planejamento e a ausência proporcional de espaços culturais, trazendo como recorte a análise da expansão da cidade de Manhuaçu-MG em função dos espaços culturais criados, além de demonstrar os ganhos sociais decorrentes da implantação de áreas culturais em ambientes degradado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. Promovendo a qualidade de vida urbana: A importância do planejamento urbano como agente transformador nas cidades

Ao abordar o desenvolvimento urbano, é fundamental compreender que este não é uniforme em todos os espaços, o desenvolvimento urbano é um processo dinâmico e evolutivo, (SILVA NETO, 2004). Portanto, devido às desproporções nos níveis de desenvolvimento econômico e social entre diferentes cidades, as estratégias de planejamento urbano podem variar consideravelmente. As diferenças nas estruturas urbanas refletem as distintas abordagens de planejamento adotadas em cada contexto.

De acordo com Duarte (2013), para compreender o planejamento urbano, é essencial entender a inter-relação entre os conceitos de planejamento e urbano, os quais estão vinculados aos termos desenho urbano, urbanismo e gestão urbana. O

urbanismo é descrito como relacionado ao desenho da cidade, enquanto o planejamento urbano é considerado um termo mais abrangente. Ultramari (2009), citado por Duarte (2013), associa o urbanismo à intervenção, que é consequência do planejamento, relacionado ao planejamento urbano. Além disso, Duarte (2013) acrescenta que o planejamento urbano deve antecipar as mudanças na cidade, compreendendo as alterações espaciais que ocorrem.

O planejamento urbano é uma peça fundamental para o desenvolvimento e a qualidade de vida nas cidades. De acordo com Bodnar, Priess e Bianchi (2019), o planejamento urbanístico não deve se limitar apenas à intervenção físico-territorial, mas também incluir aspectos sociais, sendo um processo de criação de normas jurídicas que moldam o exercício de direitos. Esse planejamento, portanto, não apenas estabelece e condiciona direitos fundamentais, assim como concretiza a dignidade do ser humano no meio urbano, sempre em favor das pessoas e inserido no ambiente objeto da intervenção urbanística. Além disso, o planejamento urbano precisa ser um genuíno processo de desenvolvimento socioespacial, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade de vida e o acréscimo de justiça social.

O principal objetivo do planejamento urbano é a (re)estruturação dos espaços urbanos, isso ocorre de forma a fornecer instrumentos que garantam a melhoria dos sistemas que declinam devido à sua ineficiência, bem como a aplicação de novos instrumentos para alcançar resultados satisfatórios, (FELIPE; MARINI, PERONDI E SANTOS, 2020)

O planejamento urbano deve abranger não apenas aspectos físicos, mas também a proteção da cultura das cidades, a valorização da história, a dignidade humana e o senso de respeitabilidade coletiva e identidade sociocultural, (MEDEIROS NELSON E BRAGA JUNIOR, 2016). Esses elementos não apenas promovem o sentimento de pertencimento ao meio, mas também influenciam o senso político-crítico e valorizam a dignidade humana. Os autores também ressaltam a estreita relação entre cultura, democracia e desenvolvimento urbano, apontando que políticas públicas eficazes, elaboradas em conjunto pelo Estado e pela sociedade, são essenciais para implementar os instrumentos de planejamento e deliberação participativa previstos no Estatuto das Cidades, contribuindo assim para a qualidade de vida nas cidades.

Para Bento et al (2018), um bom planejamento urbano precisa ser sistêmico, considerando não apenas as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, mas também uma perspectiva planetária. Eles reforçam que esse tipo de planejamento tem como objetivo alcançar metas que melhorem condições como sustentabilidade, aspectos sociais, redução de desigualdades e promoção de estrutura de serviços e equipamentos públicos e privados. Além disso, o planejamento visa atender às necessidades da população, incluindo educação e saúde.

Portanto Felipe, Marini, Perondi e Santos (2020) descrevem que o planejamento urbano é responsável pela construção de modelos de desenvolvimento e políticas que visam não apenas a proteção da cultura urbana, mas bem como a dignidade dos moradores e o aumento do bem-estar da população, logo vemos que; o planejamento urbano tem o dever de atender às necessidades dos habitantes daquele espaço.

Segundo Oliveira (2011) o planejamento urbano é fundamental para compreender a produção do espaço, pois ele está diretamente ligado aos interesses dos agentes que o produzem. No entanto, devido à maior influência da classe média brasileira sobre o Estado, observamos um privilégio desses interesses, que não correspondem aos interesses coletivos e de caráter público, mas atendem a demandas privadas e individuais. Essa influência é evidente nas cidades brasileiras, que não contam com a distribuição equitativa de seus meios de consumo coletivos, privando os

mais pobres de acessar determinados equipamentos e até mesmo de usufruir do próprio espaço da cidade. As decisões tomadas no âmbito do planejamento urbano, atualmente, não trazem diretrizes detalhadas sobre diversos temas que interessam à população e, em grande parte, funcionam como uma fachada ideológica para sustentar os interesses das elites.

As mudanças após a Constituição de 1988 e a existência das leis que regem o planejamento urbano representam um passo em direção à democratização do planejamento no Brasil. No entanto, há muito a ser feito para que, de fato, ele se torne democrático. O desafio é transpor o planejamento ideológico, que predomina devido à forte influência das classes média e alta sobre as decisões do Estado, muitas vezes confundindo-se com ele.

2.1.2. Cultura como estratégia de requalificação urbana

As iniciativas de regeneração e revitalização urbanas que utilizam a arte e a cultura têm o potencial de criar um novo caráter físico e social em um bairro, cidade ou região, rejuvenescem estruturas urbanas e a paisagem das ruas, viabilizam negócios locais, melhoram a segurança e promovem a integração de diferentes pessoas para celebrar, inspirar e ser inspiradas.

Segundo Benedict (1972) A cultura é frequentemente descrita como uma lente através da qual os indivíduos percebem e interpretam o mundo ao seu redor. As diferenças culturais influenciam profundamente a maneira como as pessoas entendem as causas e os efeitos dos acontecimentos, impactando, por consequência, a lógica social vigente. Vale ressaltar que o sistema cultural é dinâmico e está em constante transformação, moldado pelas experiências vividas e pela assimilação de novos conhecimentos. Por outro lado, a ausência de pertencimento, a sensação de exclusão e a falta de uma identidade cultural compartilhada refletem a perda da dignidade humana. Medeiros Nelson e Braga Junior (2016) explicam que, experiências comunitárias e o fortalecimento dos laços familiares surgem como elementos essenciais para o processo construtivo do desenvolvimento, proporcionando um senso de pertencimento e promovendo a coesão social.

Por isso reitera-se que o planejamento público também está intrinsecamente relacionado à cultura, pois esta reflete os valores sociais, devendo ser inserida não só como objeto, mas como instrumento para a construção do planejamento na busca do desenvolvimento nas comunidades. Diante dessa percepção, é possível demonstrar que para a construção de uma ordem desenvolvida não é suficiente a elaboração do planejamento por um grupo de técnicos, ou seja, um grupo isolado de especialistas; isso requer o envolvimento de toda comunidade.

De acordo com Valença (2017, p. 141), uma revitalização urbana desse tipo ressalta as qualidades intrínsecas e distintivas do lugar, utilizando seus atributos e recursos físicos e sociais, especialmente aqueles relacionados às artes e à cultura, quando bem-sucedidos, esses lugares são capazes de estimular e dinamizar a economia local, contribuindo para sua estabilidade e sustentabilidade, por meio da criação de empregos e novos pequenos negócios locais. No geral, as artes e a cultura são capazes de formar novos lugares, de variadas escalas, utilizando como matéria-prima as infraestruturas locais degradadas e ociosas, como inspiração.

O espaço desempenha um papel significativo no bem-estar físico e psicológico do indivíduo, bem como na expressão de suas capacidades artísticas. Sarto (2018) destaca que em ambientes propícios ao desenvolvimento das artes e da criação, as pessoas tendem a se sentir mais livres e propensas ao questionamento de sua realidade e papel como cidadãos e produtores de cultura. Nesse sentido, compreende-

se que a arquitetura desempenha um papel fundamental como agente transformador do espaço. Espaços culturais que promovem atividades que estimulam a sensibilidade humana contribuem para a construção de uma sociedade mais atenta e politizada em relação às suas próprias causas.

A promoção de projetos voltados para a requalificação do espaço urbano, com o objetivo de proporcionar o acesso democrático à fruição das práticas culturais, é fundamental para a criação de uma identidade cultural e deve ser considerada uma prioridade para o benefício da própria comunidade. Esse tipo de iniciativa contribui para a apropriação e o uso das mais diversas condições, não apenas materiais, mas também dos valores estéticos, simbólicos, morais e de comportamento que são inerentes a essa mesma comunidade, estabelecendo assim um vínculo instituído.

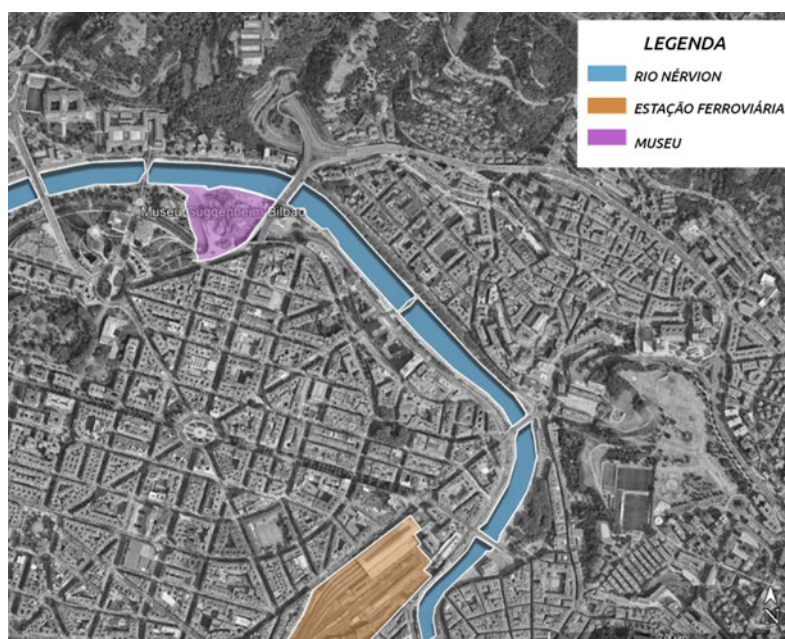
Conforme abordado por Sarto (2018), considerar o impacto da arte, dos processos culturais e dos desenvolvedores de identidade na formação dos cidadãos é fundamental. Nesse sentido, discutir a importância de espaços culturais nas cidades contemporâneas é essencial como um mecanismo favorável ao aprimoramento do entendimento patrimonial. Esses espaços fortalecem os vínculos que se estabelecem com o espaço urbano e a própria cidade.

2.1.3. O Museu Guggenheim Bilbao: Revitalização urbana e suas implicações sociais e econômicas

O Museu Guggenheim de Bilbao é um marco icônico não apenas na paisagem física, mas também na narrativa do desenvolvimento urbano contemporâneo. Sua construção e subsequente impacto nas esferas sociocultural e econômica fornecem um estudo sobre como instituições culturais podem transformar uma cidade e moldar sua identidade.

O Museu Guggenheim está situado na extremidade norte da cidade de Bilbao, na Espanha. Em sua porção leste localiza-se a estrutura de concreto armado da Puente de La Salve, preexistente ao projeto. Ao sul situa-se a linha ferroviária e, em sua porção norte, o rio Nervión (Figura 1).

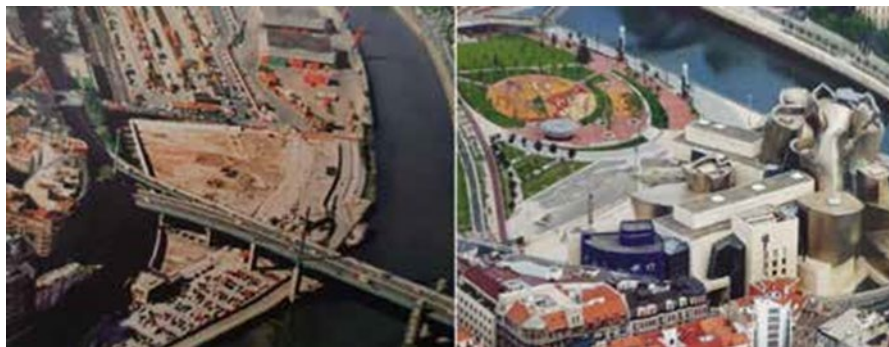
Figura 1: Localização do Museu Guggenheim de Bilbao



Fonte: Google Earth, 2024 (adaptado pelo autor).

Conforme mencionado por Neiva e Perrone (2013), as transformações nas práticas econômicas e políticas surgidas nos anos 1980, juntamente com as práticas culturais ligadas à arte, tiveram um impacto significativo na concepção dos novos museus. Em meados da década de 1980, Bilbao, uma cidade industrial no País Basco, estava enfrentando uma crise econômica profunda devido ao declínio da indústria siderúrgica, que havia sido o motor econômico da cidade por décadas, deixou Bilbao com altas taxas de desemprego e uma paisagem urbana desolada (Figura 2), enfrentando desafios significativos na transição para uma economia pós-industrial. No entanto, o caso do Guggenheim Bilbao revela como um investimento cultural estratégico pode desempenhar um papel crucial na transformação urbana, a parceria entre a Fundação Guggenheim e as autoridades locais de Bilbao representa uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios da revitalização urbana.

Figura 2: Local de implantação do Museu Guggenheim de Bilbao: antes e depois



Fonte: Adaptado de DOSDE, 2011, p. 32 e 64.

Para Florida (2011) as cidades que buscam se revitalizar frequentemente recorrem a investimentos em cultura e arte como uma estratégia-chave para atrair talentos criativos e impulsionar o crescimento econômico. O caso de Bilbao é particularmente relevante, pois ilustra como um investimento cultural ousado pode catalisar uma transformação urbana abrangente. A inauguração do Museu Guggenheim desencadeou um fluxo de turismo e investimento, revitalizando uma cidade anteriormente afetada pelo declínio industrial.

Segundo Pagnotta (2016), a implantação do Museu Guggenheim de Bilbao teve uma magnitude significativa na transformação urbana socioeconômica. Após sua construção e inauguração em 1997, esse fenômeno ficou reconhecido mundialmente como o "Efeito Bilbao". O museu desencadeou uma série de opiniões e discussões divergentes, resultando em conclusões tanto de aceitação quanto de não aceitação do edifício em relação à cidade. No entanto, essa concepção projetual, amplamente divulgada pela mídia global, tornou-se um ícone arquitetônico emblemático e uma atração turística popular, apresentando-se como um museu que promove princípios de fusão e integração, concebido para integrar novas relações entre o público, o edifício e o contexto urbano em que está inserido (CARVALHO, 2009).

Além dos benefícios econômicos tangíveis, o Museu Guggenheim também teve um impacto significativo nas esferas socioculturais de Bilbao. Ao se tornar um destino cultural de renome internacional, o museu elevou o perfil da cidade e estimulou um renovado senso de orgulho e identidade entre os moradores locais. Conforme

observado por Zukin (1996), instituições culturais proeminentes como o Guggenheim desempenham um papel fundamental na construção de comunidades vibrantes e coesas, fornecendo espaços de encontro e celebração cultural.

Do ponto de vista econômico, o Museu Guggenheim Bilbao provou ser um investimento altamente lucrativo para a cidade e para a região do País Basco. O caso de Bilbao foi amplamente reconhecido devido ao seu "sucesso imediato" em termos de rentabilidade financeira, com os gastos investidos em sua construção sendo recuperados em apenas um ano, (NEIVA E PERRONE, 2013). Após a implantação do projeto, houve uma mudança na infraestrutura da cidade modificando-se para a intensa especulação imobiliária em torno nos terrenos vizinhos, o que aumentou o valor latifundiário e realizou uma gentrificação local, e adensamento turístico. Diante disso vemos que além de uma boa arquitetura, o urbano também deve ser pensado juntamente com programas de educação, receptividade turística, mobilidade, segurança e gestão. A gentrificação é um problema que deve ser evitado, pois acima de qualquer questão o urbanista deve pensar numa cidade para todos.

2.2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, em livros, artigos, dissertações e teses, que abordem o crescimento, planejamento e morfologia urbana; leis e artigos que decorram sobre o processo evolutivo e expansivo da cidade de Manhuaçu, dados e registros fotográficos da área de expansão analisada, afim de identificar o crescimento da malha urbana e a foi feito levantamento fotográfico do eixo de expansão sudoeste a fim de avaliar a infraestrutura urbana.

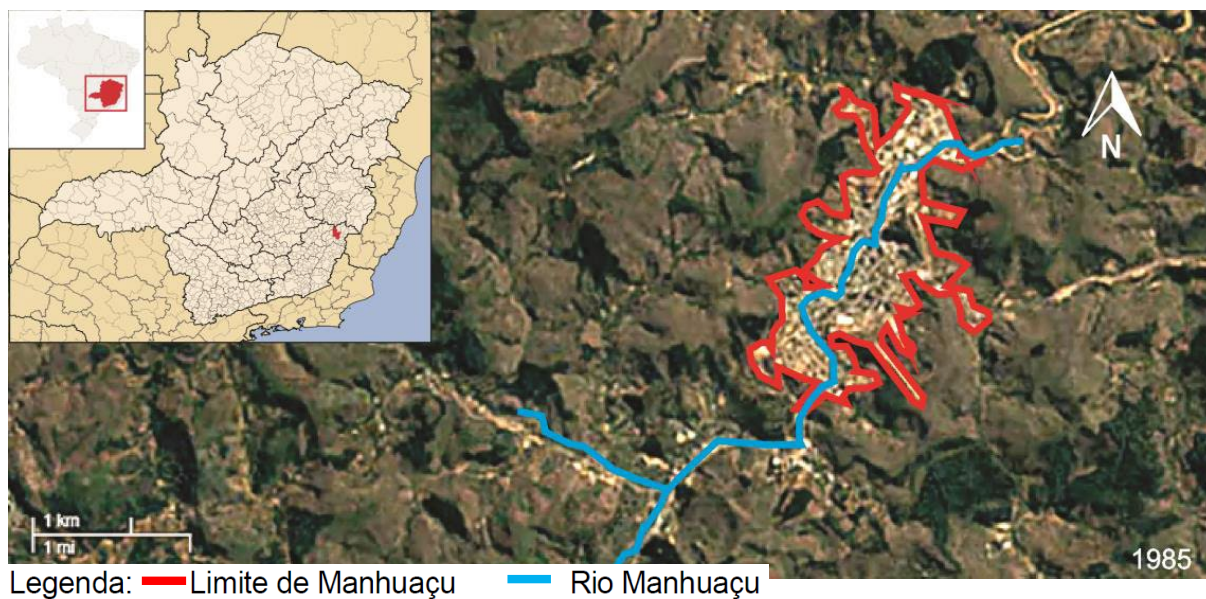
2.3. DISCUSSÃO

2.3.1. A expansão urbana de Manhuaçu-MG

O município de Manhuaçu, situado na mesorregião da Zona da Mata Mineira e polo de sua microrregião composta por outros 19 municípios, foi emancipado em cinco de novembro de 1877. Com uma população de 91.886 habitantes, segundo o censo de 2022, e uma área territorial de 628km² (IBGE, 2022), Manhuaçu está localizado na região sudeste do país, próximo à rodovia BR-262 e 116. A expansão principal da cidade ocorreu ao longo da BR-262 e às margens do Rio Manhuaçu de forma desordenada, resultando em diversos problemas urbanos atuais.

A construção da BR-262, em meados de 1985, levou à ocupação de novos assentamentos ao longo de suas margens e do curso d'água principal de Manhuaçu (Figura 3). Este desenvolvimento se estendeu aos morros adjacentes, seguindo uma tendência de crescimento "natural" sem planejamento, resultando em ruas estreitas, sem saída, e quarteirões irregulares que acompanharam a topografia acidentada do terreno (ESPÍNDULA, 2018).

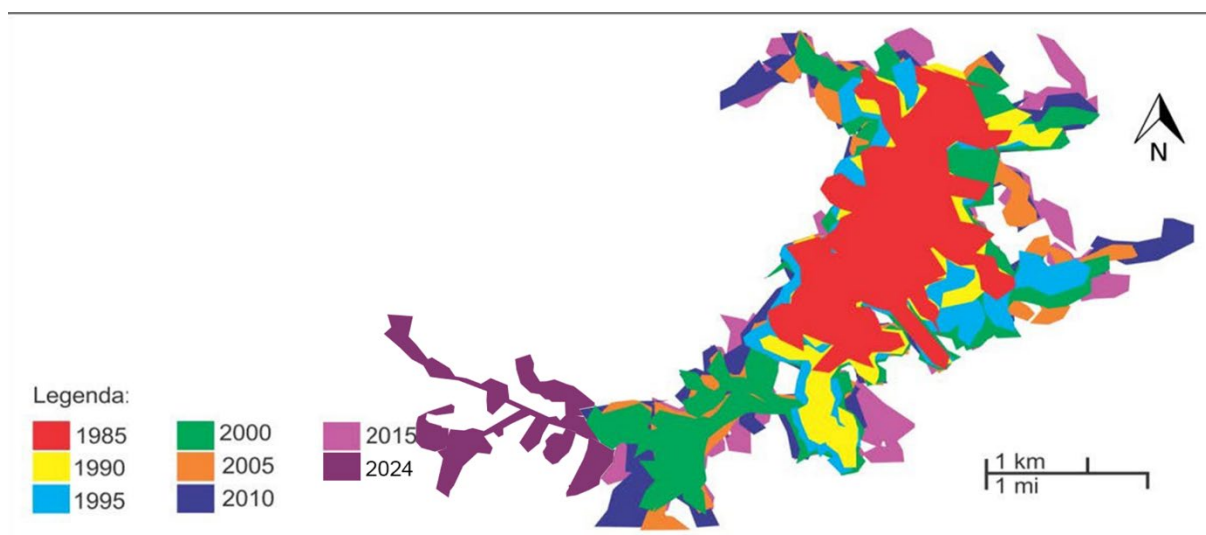
Figura 3 – Cidade de Manhuaçu, limites em 1985



Fonte: Almeida e Trindade, 2017.

Entre 1985 e 2024, Manhuaçu experimentou um grande crescimento, com os limites da cidade se expandindo ao longo dos anos. Essa expansão incluiu áreas como topos de montanhas e leitos de rios, que são protegidas por leis de preservação (Figura 4).

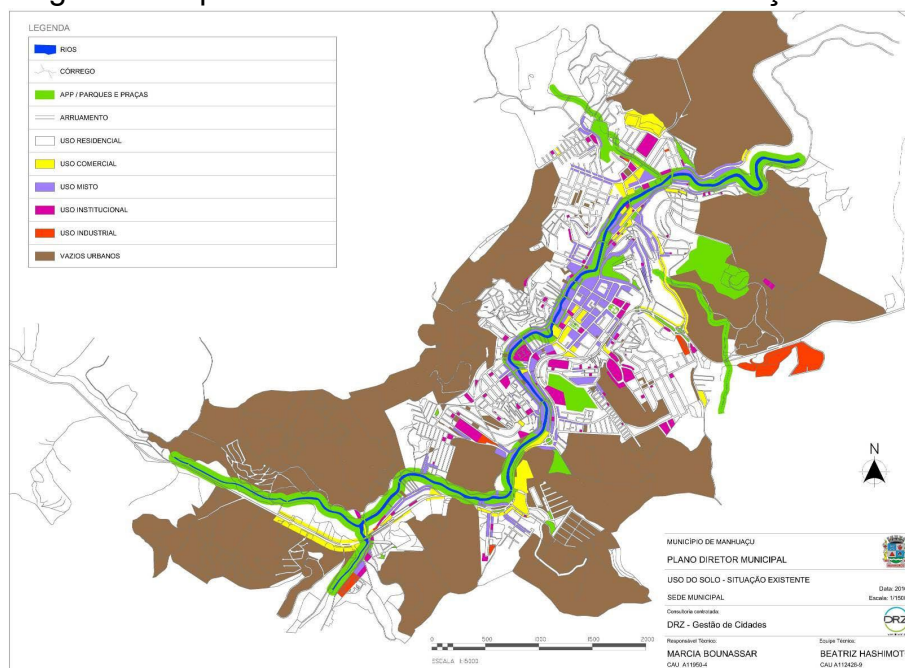
Figura 4 - Panorama de expansão e desenvolvimento de Manhuaçu de 1985 a 2024



Fonte: Almeida e Trindade, 2017 (adaptado pelo autor).

A distribuição atual dos usos do solo na sede do município de Manhuaçu revela uma predominância de áreas residenciais e vazios urbanos (Figura 5). A parte central da cidade abriga uso misto, com comércios no térreo e residências nos pavimentos superiores, além de usos institucionais e comerciais. Vazios urbanos incluem plantações de café e novos loteamentos, enquanto bairros predominantemente residenciais apresentam indústrias esporádicas, gerando conflitos de uso. A cidade carece de áreas livres, e ausência de zoneamento urbano (ESPINDULA, 2018).

Figura 5: Mapa de Usos do Solo da Sede de Manhuaçu – 2018



Fonte: Manhuaçu - plano diretor municipal (2016, p.180).

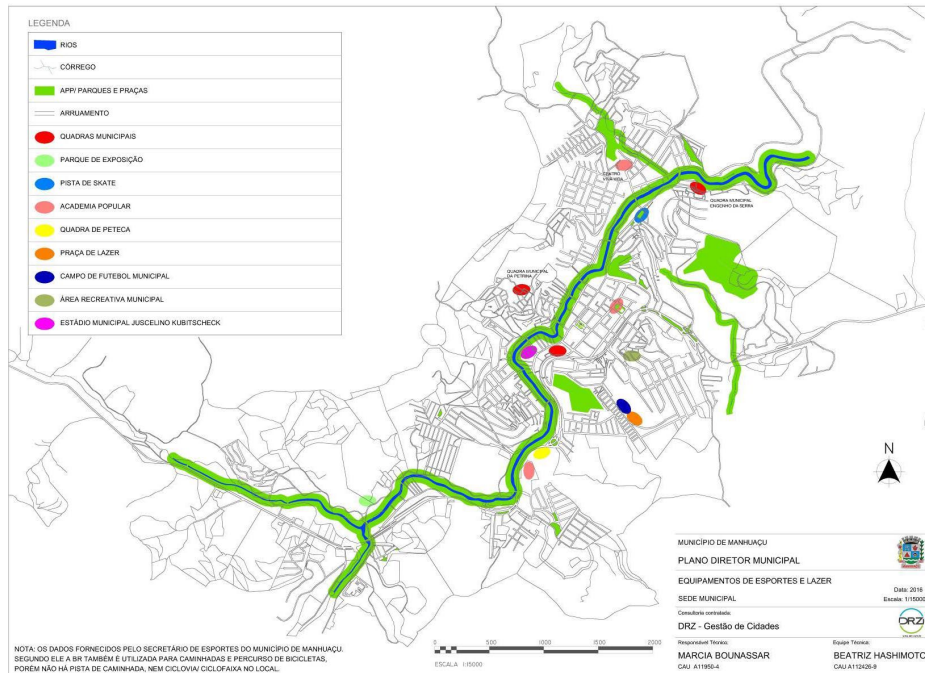
2.3.2. A falta da diversidade de usos e Análise da carência de espaços de lazer e incentivo cultural em Manhuaçu

Ao longo de seus 141 anos, Manhuaçu experimentou um crescimento desordenado, que afetou significativamente sua dinâmica urbana. Este processo de expansão sem um planejamento adequado resultou na formação de áreas que não atendem adequadamente ao bem-estar dos cidadãos locais. A cidade conta com espaços públicos negligenciados e descuidados. Com exceção das duas praças centrais presentes na cidade, há mais seis áreas destinadas ao lazer público com estrutura fraca e com quase nenhuma dedicação a atividades culturais. A análise da infraestrutura da cidade revela tanto suas deficiências quanto seu potencial de crescimento (VERÍSSIMO 2018).

Devido ao crescimento espontâneo e não planejado, Manhuaçu atualmente possui poucos espaços públicos para lazer, cultura e esporte, além de muitos espaços subutilizados que não atendem às necessidades da população. Conforme a Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de Manhuaçu, os espaços disponíveis, como quadras, campos de bairros e academias populares, são inadequados em termos de acessibilidade universal e capacidade, forçando os moradores a buscar alternativas não equipadas para a prática dessas atividades (TUELHER, 2018).

Apesar de Manhuaçu sediar eventos culturais como a Feira da Paz e a Feira Gastronômica, a cidade conta com poucos espaços que incentivem a cultura como forma de lazer para moradores e visitantes (Figura 6, 7). Em 2016, foi aprovado o Plano Municipal de Cultura de Manhuaçu, visando fomentar a atividade cultural e habilitar o município a receber recursos do Sistema Nacional de Cultura. Adicionalmente, a criação do Fundo de Turismo permite o recebimento de verbas do ICMS Turístico, promovendo ainda mais o apoio a festas e eventos municipais (TUELHER, 2018).

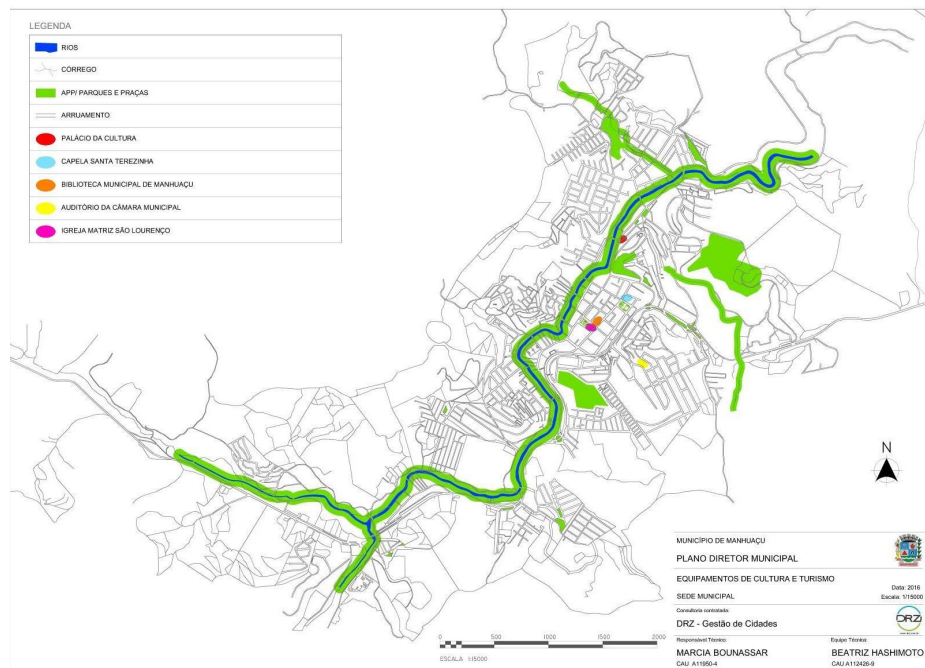
Figura 6 - Equipamentos de lazer na sede do município de Manhuaçu.



Fonte: Manhuaçu - plano diretor municipal (2016, p.141).

Manhuaçu oferece diversos equipamentos de lazer, incluindo três praças principais, quadras poliesportivas, academias populares distribuídas pelos bairros e clubes de lazer privados. No entanto, apesar dessas opções, elas não são suficientes para despertar o interesse dos moradores.

Figura 7 - Equipamentos de cultura e turismo na sede do município de Manhuaçu



Fonte: Manhuaçu - plano diretor municipal, 2016, p.139.

Quanto aos equipamentos de cultura na cidade, as opções são poucas. Há o auditório da Câmara Municipal, que sedia alguns eventos privados e públicos, a Casa

de Cultura, o cinema João Bracks e, no ano de 2016, foi criada a feira gastronômica, que trouxe um novo tipo de entretenimento, com música ao vivo, diversos tipos de especiarias e culinárias, além de playground infantil e feira de artesanato (Figuras 8, 9 e 10).

Figura 8 – Feira gastronômica



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, 2023

Figura 9 – Música ao vivo



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, 2023

Figura 10 – Playground



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, 2023

Como todo Município brasileiro, Manhuaçu tem sua tradição religiosa, sediando alguns eventos anuais como a Folia de Reis: é uma festa religiosa de origem portuguesa, No período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, dia de Reis, um grupo de cantadores e instrumentistas percorre a cidade entoando versos relativos a visita dos Reis Magos ao menino Jesus, com grande participação da comunidade (Figura 12), a Semana Santa: Manhuaçu é uma cidade de maioria católica, portanto a Semana Santa é o evento de maior comemoração entre os fiéis católicos da cidade (Figura 13) e a Festa do Padroeiro: Dia dez de Agosto e Comemorado o dia de São Lourenço, o padroeiro de Manhuaçu. É uma festa tradicional dos católicos, com missas, procissões e show de bandas católicas. A comunidade participa ativamente (Figura 14).

Figura 12 – Folia de Reis



Figura 13 – Semana Santa



Figura 14 – Festa do Padroeiro



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015.

A Feira da Paz é uma festa tradicional popular do município há 38 anos, é um evento realizado durante 4 dias pela prefeitura municipal com shows artísticos, barracas de artesanato, alimentação e produtos variados e parque de diversão. A Feira da Paz atrai milhares de pessoas, não só do município como também de outras cidades (Figura 15, 16).

Figura 15 – Feira da Paz



Figura 16 – Feira da Paz



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015.

O Desfile da Independência faz parte do calendário municipal, é realizado no dia 07 de setembro de cada ano, com a escolha de um tema atual. Desfilam as escolas, municipais, estaduais e particulares e demais entidades locais representando o lema proposto. É um evento realizado pela Secretaria Municipal de cultura e Turismo juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. É uma caminhada cívica no centro da cidade com a presença em massa da população manhuaçuense e municípios vizinhos (Figura 17, 18).

Figura 17 – Desfile da Independência:



Figura 18 – Desfile da Independência:



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015.

Apesar de conter eventos anuais e mensais que valorizam a cultura da cidade, o município carece de infraestrutura e projetos que contemplem o bem-estar de seus moradores no dia a dia. A oferta limitada de equipamentos culturais e de lazer reflete a necessidade de investimentos contínuos e planejados para a promoção de um ambiente urbano mais vibrante e inclusivo. A carência de espaços adequados para a prática de atividades culturais cotidianas, bem como a insuficiência de iniciativas que incentivem a participação comunitária, aponta para uma lacuna significativa nas políticas públicas municipais.

Para mitigar esses desafios, é necessário que gestores públicos desenvolvam estratégias integradas que ampliem e diversifiquem as oportunidades culturais disponíveis. Investimentos em infraestrutura, como a construção de centros de artes, cultural e teatros, aliados a programas permanentes de incentivo à cultura, podem

O bairro Bom Jardim surgiu no ano de 1983, o Cidade Nova com formação em meados de 2010, o Vale Verde em meados de 2011. O Ponte da Aldeia sendo o mais antigo datado de 1843, e sua expansão mais recente surgindo em 2011. Nos bairros Bom Jardim e Ponte da Aldeia houve projetos de academias públicas, mas em nenhuma das áreas expandidas teve projetos voltados para cultura, e lazer, como praças e playgrounds.

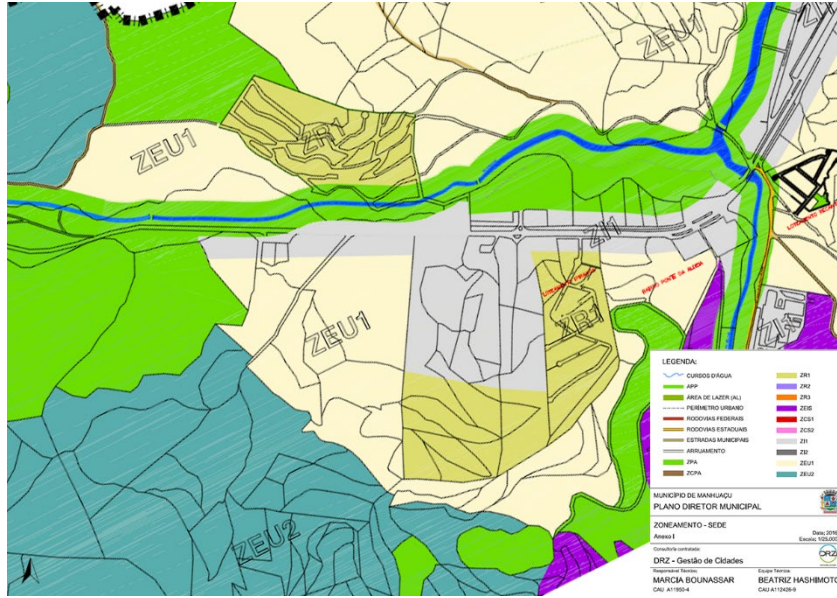
Figura 22 – Novos Loteamentos às margens da BR 262 sentido Realeza-MG



Fonte: Google Earth, 2024 (adaptado pelo autor).

O crescimento desordenado de áreas urbanas de Manhuaçu-MG sem o planejamento adequado tem causado diversos problemas para o município, tais como a falta de infraestrutura básica, como calçamento, iluminação, arborização e serviços essenciais, como transporte público e linhas de ônibus. Na (Figura 23, 24) vemos como está distribuído o zoneamento e o uso do solo no trecho de expansão, poucas áreas são destinadas ao lazer público, sendo predominantemente utilizadas para fins comerciais e residenciais.

Figura 23 – Zoneamentos do trecho



Fonte: Manhauçu - plano diretor municipal, 2016, ANEXO 1-Projeto de Lei nº 79-2016 - Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo - Sede 2016. (adptado pelo autor)

O trecho de ligação conta com quatro tipos de zoneamento, ZR1, ZI1, ZEU1 e ZEU2. ZR são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, sem que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores, destaca-se que o local de implantação do bairro Belvedere era uma grande área de mata/reserva. ZI são áreas direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica potencialmente incômodas, nocivas e perigosas e geradoras de sobrecarga no tráfego à área urbanizada. ZEU caracteriza-se pelas áreas contíguas ou próximas às áreas já loteadas, dentro do perímetro urbano, identificadas como passíveis de urbanização futura, definida a partir da prioridade de uso, sendo ZEU1 a ocupação prioritária e na sequência ZEU2, (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU, 2016).

Figura 24 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo



Fonte: Google Earth 2024, (adaptado pelo autor)

Apesar da expansão de novos bairros no início de 2015, não se encontra estrutura de ligação urbana entre os mesmos, a aprovação desses projetos sem o devido planejamento urbano leva a supervalorização do lucro individualista nos processos de crescimento das cidades apresenta consequências que refletem diretamente no tecido urbano e na mobilidade urbana, e com os bairros analisados não é diferente. Vemos o uso predominante do solo voltado para áreas residenciais e comerciais, o bem-estar da população não é a prioridade, e áreas ociosas onde poderiam ser implementadas áreas de lazer e cultura são deixadas de lado e esquecidas, planejamento urbano não está acompanhando esses novos empreendimentos.

Portanto, as áreas de convívio social são de suma importância para a diversidade de usos, a comunicação, a circulação de pessoas, a prática de esportes e o incentivo à apropriação dos espaços urbanos, conforme as ideias apresentadas anteriormente por Jan Gehl, Duarte e Valença sobre o planejamento urbano e seus impactos na vida social.

Existem vazios urbanos, locais abandonados e sem utilidade, ou funcionando parcialmente como comércio (Figuras 25, 26, 27). Além da escassez de espaços públicos voltados para o incentivo à cultura e ao bem-estar dos moradores, não há empenho em melhorar essas áreas com grande potencial, especialmente aquelas próximas a locais de grande movimento bem como o restante da cidade.

Figura 25 – Local Abandonado



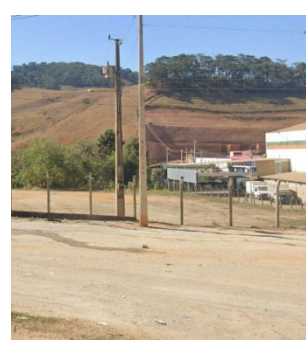
Fonte: Google Earth, 2024

Figura 26 – Local Abandonado



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 27 – Vazio Urbano



Fonte: Google Earth, 2024

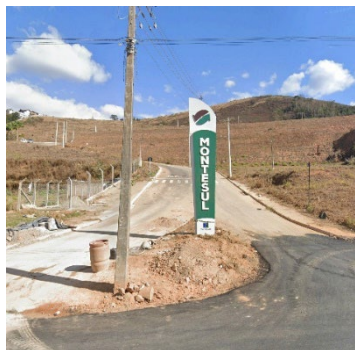
Observa-se que esses locais carecem de infraestrutura mínima, projetados para uso comercial, mas que foram abandonados.

De acordo com Duarte (2013), o planejamento urbano deve antecipar as mudanças na cidade, compreendendo as alterações espaciais que ocorrem. Conforme estabelecido na Constituição Federal Brasileira, capítulo 11, artigo 6º, todos os cidadãos têm direito à educação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, entre outros. Segundo o autor, tais direitos são inerentes à cidade, pois é por meio dela que as pessoas usufruem de seus direitos. Uma cidade mal planejada interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas.

O trecho em análise negligencia todos os direitos mencionados no artigo citado anteriormente. Os novos loteamentos Monte-Sul, Belvedere e Vila Rica não possuem nenhuma edificação, resultando em falta de segurança tanto durante o dia quanto à noite (Figuras 28, 29, 30). Em contraste, o condomínio Residencial Imperialle é o único

totalmente habitado, apresentando maior densidade populacional e movimento de pessoas, o que proporciona maior segurança aos seus moradores.

Figura 28 – Acesso Residencial Monte Sul



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 29 – Acesso Residencial Belvedere



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 30 – Acesso Residencial Vila Rica



Fonte: Google Earth, 2024

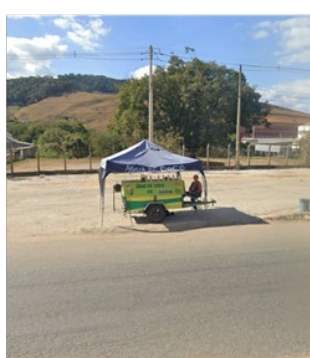
Os residenciais Belvedere e Villa Rica ainda não possuem iluminação pública. Embora haja iluminação básica no trecho de ligação, em alguns pontos ela é insuficiente, o que gera um sentimento de insegurança, principalmente durante a noite (Figura 31). A proteção contra vento, chuva, barulho, ofuscamento, calor e frio é praticamente inexistente, exceto nas marquises de algumas edificações presentes ao longo do assentamento. Além disso, os acessos, que ocorrem paralelamente à BR-262, e as edificações comerciais nesses acessos não oferecem proteção adequada durante os deslocamentos, devido ao intenso fluxo de veículos (Figuras 32, 33).

Figura 31 – Iluminação precária



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 32 – Falta de proteção



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 33 – Acesso edificação



Fonte: Google Earth, 2024

O trecho de ligação entre os bairros não oferece áreas adequadas para caminhar devido à falta de calçamento regulamentado, piso tátil e pavimentação apropriada. Além disso, há ausência de vegetação e mobiliário urbano adequado (Figura 34). A conectividade com outros bairros e o centro ocorre principalmente através de calçadas, que em sua maioria são inexistentes (Figura 35), ou pelo transporte individual e coletivo. Os pontos de ônibus existentes são distantes dos bairros analisados, localizados

apenas junto à BR-262, e possuem infraestrutura precária e inadequada para a população (Figuras 36, 37). Assim, os ônibus não circulam dentro dos bairros, dificultando o acesso ao transporte coletivo.

Figura 34 – Calçamento inadequado, falta de sinalização e mobiliários urbanos



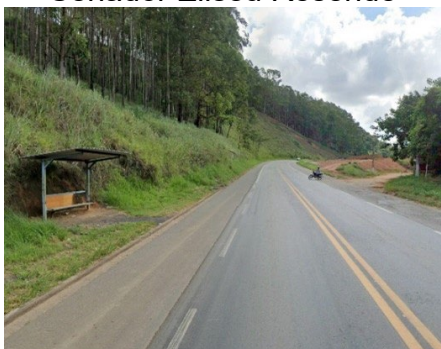
Fonte: Google Earth, 2024

Figura 35 – Ponte de ligação entre o Bairro Ponte da Aldeia e o trecho em análise



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 36 – Ponto de ônibus Rod. Senador Eliseu Resende



Fonte: Google Earth, 2024

Figura 37 – Ponto de ônibus Rod. Senador Eliseu Resende



Fonte: Google Earth, 2024

3.CONCLUSÃO

O crescimento não planejado da cidade de Manhuaçu é indiscutível, e a ocupação de eixos de expansão previsíveis é cada vez mais presente em todo o contexto urbano. Esse crescimento, em sua maioria, não é planejado como deveria, sendo pensado depois que o local já está totalmente ocupado, o que dificulta manobras de requalificação urbana para as áreas em questão. A regulamentação e fiscalização por parte dos órgãos públicos precisam ser eficientes em relação ao assentamento de novas áreas, e o planejamento dessas deve ser criteriosamente avaliado para que os espaços urbanos proporcionem qualidade de vida e benefícios para toda a população, além de conexão com o espaço urbano pré-existente. Após a análise da expansão do trecho sudoeste de Manhuaçu-MG, pode-se afirmar que a expansão carece de infraestrutura urbana adequada, embora o trecho possua áreas potenciais para a implantação de tais infraestruturas. Portanto, conforme visto na pesquisa, medidas devem ser tomadas emergencialmente, tendo em vista que ainda

há a possibilidade de requalificação do espaço antes que a área venha a abrigar novos moradores.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P.; TRINDADE, F. C. **Crescimento Urbano X Área Não Edificantes: Uma Análise das Ocupações Irregulares da Cidade de Manhuaçu**, 2017. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariorcientifico/article/view/456>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BENTO, Sarah Corrêa; CONTI, Diego de Melo; BAPTISTA, Rodrigo Martins; GHOBRI, Carlos Nabil. **As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 469–488, 2018. DOI: 10.5585/geas.v7i3.1342. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/11513>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BODNAR, Zenildo; PRIESS, Alexandre dos Santos; BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. **A sustentabilidade por meio do planejamento urbano**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 15, n. 3, p. 38-57, dez. 2019. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/3646>. Acesso em: 19 jun. 2024. <https://doi.org/10.18256/2238-0604.2019.v15i3.3646>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique Bernardino de. **Guggenheim Bilbao e As Curvas Da Escultura**. Drops, São Paulo, ano 09, n. 026.05, 2009. On-line. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/09.026/1786>. Acesso em: 04 jun. 2024.

DOSDE. **Guia visual del Museo Guggenheim Bilbao**. Barcelona: Dos de Arte

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ipbex. 2013. Ediciones, 2011.

ESPINDULA, Lidiane. **Histórico De Crescimento e Análise Morfológica da Sede do Município de Manhuaçu-MG**, 2018. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariorcientifico/article/view/799>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FELIPE, Andressa Sarita; MARINI, Marcos Junior; PERONDI, Miguel Ângelo; SANTOS, Gilson Ditzel. **A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/9172>. Acesso em: 31 maio 2024.

FLORIDA, Richard. **A Ascensão Da Classe Criativa**, 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOOGLE. **Google Earth**. Pro. 2024. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população de 2024**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2024.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MANHUAÇU, Administração Municipal. **Revisão do Plano Diretor Municipal. Plano de Mobilidade Urbana**. Manhuaçu, MG. 2016. Disponível em: www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/...plano-diretor-de-manhuacu/58475. Acesso em: 19 jun. 2024.

MANHUAÇU, Administração Municipal. **PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**. Manhuaçu, MG. 2015. Disponível em: https://www.manhuacu.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/PLANO_MUNICIPAL_DE_CULTURA__Lei_Municipal_n_3530_de_30_de_outubro_de_2015?cdLocal=2&arquivo={C7C0247C-ACC4-CBEB-E81D-BDBEE65D3CD0}.pdf#search=plano%20municipal%20de%20cultura. Acesso em: 19 jun. 2024.

Marques de Oliveira, D. A. **DISCURSO E PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL**, 2011. Revista Geográfica De América Central. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NEIVA, Simone, PERRONE, Rafael Antonio Cunha. **A Forma e o Programa dos Grandes Museus Internacionais**, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/81046>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NELSON, Aline Virgínia Medeiros, BRAGA JUNIOR, Sérgio Alexandre De Moraes. **Democracia e Cultura no Planejamento Do Desenvolvimento Urbano**, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 jun. 2024.

OSTLING, Susan. **The global museum and the orbit of the Solomon Museum New York**. International Journal of the Humanities. 2007. Disponível em: shorturl.at/tACJL. Acesso em: 19 jun. 2024.

PAGNOTTA, Brian. **Clássicos da arquitetura: Museu Guggenheim de Bilbao/Gehry Partners**. Archdaily, 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/786175/classicos-da-arquitetura-museu-guggenheim-de-bilbao-gehry-partners>.

PEREIRA, Nayra Maria Rodrigues. **Análise do Planejamento e Morfologia Urbana da Área de Expansão Sudeste da Cidade de Manhuaçu-MG**, 2019. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriootcc/article/view/1599>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SARTO, Luís Phillipe Grande. **Proposta Projetual de um Centro de Artes e Cultura na Região Central da Cidade de Varginha-MG Como Instrumento de Requalificação Urbana**, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/847>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SILVA NETO, Benedito. **Complexidade e desenvolvimento. Desenvolvimento em Questão**, v. 2, n. 4, p. 9-32, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75220402>. Acesso em: 04 jun. 2024.

TUELHER, Bruna Agda Cezário. **Ressignificação de Espaços Públicos e Sua Contribuição na Requalificação da Cidade: Um Estudo do Parque de Exposições e Eventos de Manhuaçu-MG**, 2018. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriootcc/article/view/1604>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Cultura e cidade: abordagem multidisciplinar da cultura urbana** [recurso eletrônico]. Natal, RN: EDUFRN, 2017. 314 p. ISBN 978-85-425-0699-0. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VERÍSSIMO, Mayra Nogueira. **Parque Urbano Cultural: Um Estudo Da Relação Do Espaço Urbano De Manhuaçu-MG Com A Sua História Local**, 2018. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriootcc/article/view/1614>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ZUKIN, Sharon. **The Cultures of Cities**. Cambridge: Blackwell, 1995.